

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FAC. DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPT. DE HISTÓRIA - Ensino de História: Teoria e Prática
Prof^ª. Dr^ª. Antônia Terra Fernandes

TRABALHO FINAL

Projeto de Kit Didático: “Massacre do Carandiru e representações da violência policial”

Ana de Carvalho Rigolon | n°USP 10763907

Juliana Mary Lourenço | n°USP 11251234

Lucas Forti Fernandes | n°USP 10764996

Natan David Rezende | n°USP 11252086

São Paulo

2022

Apresentação e leitura dos documentos

O presente kit didático busca trabalhar com o evento histórico do Massacre do Carandiru, o qual teve significativa repercussão na opinião pública e na sociedade brasileira como um todo. No bairro do Carandiru - Zona Norte de São Paulo -, ficava a Casa de Detenção de São Paulo. Em 2 de outubro de 1992, o pavilhão 9 foi invadido pelo Batalhão de Choque da Polícia Militar, episódio conhecido como *Massacre do Carandiru*, em que foram contabilizadas oficialmente 111 mortes de antigos detentos. Logo após ter recebido esse nome, surgiram diversas narrativas para relatar os eventos daquela tarde de 1992: da Polícia Militar, do Governo do Estado, dos familiares, dos sobreviventes, do Judiciário, entre outros. Considerando essa variedade de visões, o kit possui como objeto principal as representações da ação da Polícia Militar no evento, encontradas nos jornais da época, os quais, no entanto, não possuem uma opinião estável sobre essa questão.

A partir disso, o kit possui três objetivos principais. O primeiro deles consiste justamente em se tratar do Massacre do Carandiru por meio das representações da violência, com destaque para a ação da PM. Isso pode ser percebido na documentação e na mudança de discurso dos jornais ao relatarem o caso e o modo como os policiais agiram. Relacionado a essa situação, encontra-se o segundo objetivo, o qual pode ser definido como o desenvolvimento, entre os alunos, de uma visão crítica em relação aos meios hegemônicos de comunicação e sua influência sobre a opinião pública. Esse exercício crítico fundamenta-se na comparação entre as diferentes narrativas dos jornais, e também entre outros documentos, como por exemplo, relatos de detentos de relatórios de órgãos internacionais. Por fim, o terceiro objetivo é identificar o ocorrido no Carandiru como um episódio marcante do estado de guerra presente no Brasil, por meio da presença de um Estado Nacional que é contra a própria população, especialmente a negra e periférica, viventes em um estado constante de violência.

O primeiro documento deste kit **(1)** é uma matéria do jornal *O Globo*, publicada em 11 de agosto de 2021, relatando uma nova abertura no caso e tentativa de aplicação de justiça pelo julgamento de policiais envolvidos. Além disso, há também informações sobre o Massacre. É interessante perceber nesse documento a impunidade que ainda assola o episódio, bem como o tipo de discurso adotado pela jornalista na notícia. Dessa forma, o aluno é introduzido a temática, com a possibilidade de situar cronologicamente os fatos, bem como de

se posicionar tanto em relação ao ocorrido quanto à linguagem do jornal - problemática recorrente em outros documentos.

Já o segundo documento **(2)** consiste no trecho de uma entrevista a um ex-detento, presente no dia do ocorrido. Essa é parte do livro *Aqui dentro, páginas de uma memória: Carandiru*, publicado em 2003, organizado por Maureen Bisilliat, com documentação de Sophia Bisilliat, André Caramante e João Wainer. O livro é o resultado de um projeto de registro da memória oral - por meio de entrevistas ocorridas entre abril de 2001 e agosto de 2002 -, contendo 50 depoimentos de detentos, antigos coordenadores e funcionários da Casa de Detenção Professor Flamíneo Fávero. A entrevista feita ao Pastor Adeir, na época, preso há 11 anos, relata o terror do Massacre, valendo-se inclusive de conceitos como “guerra” e “chacina”, além da tortura psicológica ainda presente em sua vida, mesmo nove anos após o ocorrido. Pretende-se a detenção desses conceitos e a percepção do cenário guerra.

O terceiro documento **(3)** consiste na matéria do dia seguinte ao Massacre (3/10/1992) publicada pelo jornal Estadão. Nela, percebe-se como, naquele momento, deu-se pouquíssima importância ao caso e como buscou-se legitimar a ação da PM, enquanto colocava-se os detentos como culpados e indivíduos perigosos que deveriam ser reprimidos. Cria-se uma imagem de civilização, representada pelos policiais, contra a barbárie, protagonizada pelos presos do Pavilhão 9. Por meio dessa notícia, o aluno poderá ter contato com a visão inicial contemporânea sobre o massacre e questionar-se sobre essa narrativa.

O quarto documento **(4)** corresponde às matérias, também do Estadão, publicada em 4/10/1992, na qual já é possível notar uma mudança, ainda que acrítica, de discurso em relação ao caso do Carandiru. Nesse dia, o Massacre ganha maior destaque entre as páginas do jornal, bem como apresenta-se algumas visões das vítimas, o desespero dos familiares dos detentos, bem como opiniões críticas à ação da PM. Nota-se que, é nesse momento, que o episódio passa a ser caracterizado de massacre pelas notícias, que também se valem do termo "chacina" para fazer referência ao evento. Por meio desse documento, o aluno será introduzido à mudança de visão de um mesmo jornal em relação ao Massacre, buscando-se refletir sobre essa transformação e como ela se relaciona aos interesses dos meios hegemônicos de comunicação.

O quinto documento consiste em duas imagens, a primeira **(5a)** se trata de uma foto mostrando uma janela do presídio com o cartaz, no qual se lê “280 mortos no massacre”. Desta forma é possível contrastar com o número oficial de mortes, apresentado na legenda da

imagem, na qual o secretário de segurança pública expressa seu desacordo acerca da estimativa dos presos. O cartaz foi confeccionado pelos próprios presos, sendo uma forma deles narrarem o que aconteceu dentro do presídio para o lado de fora. Neste sentido, a segunda imagem (**5b**) mostra onde o carandiru se localizava, ao lado da linha do metrô, complementando a imagem anterior, pois dá aos alunos a noção da circulação de pessoas naquela região.

O sexto documento (**6**) são trechos do relatório da Anistia Internacional de 1993 (que foi o resultado da comissão de investigação do massacre ocorrida em 1992). Assim, é apresentada uma visão que condena explicitamente a ação policial, sua truculência e denuncia o boicote à resolução do caso. Então, há a finalidade de apresentar e discutir a percepção de um terceiro agente histórico nesse processo, mostrando como o mesmo evento foi visto e julgado por vários ângulos.

Para terminar, o sétimo documento (**7**) é um verbete histórico do *Dicionário Político* organizado por diversos autores, dentre eles Norberto Bobbio. O verbete escolhido trata sobre o conceito de guerra e foi feito por Umberto Gori. Logo, pretende-se discutir o conceito guerra, problematizando a situação da violência no Massacre do Carandiru como um exemplo do conflito bélico constante que existe no Brasil.

Em síntese, essa variedade de documentos, bem como a memória recente permite que se trabalhe uma perspectiva materialmente dialética dos eventos e que seja possível abordar o conceito de guerra com os estudantes. E com esse objeto de estudo definido, bem como as fontes selecionadas, o kit resultante ficou estruturado para abordar a imagem do massacre construída por sujeitos históricos distintos e com objetivos discrepantes (jornais, detentos e ONGs). A partir da imagem vista por esses sujeitos, os alunos deveriam abordar como a definição de guerra é aplicável ao massacre e entender que esse fato ocorrido em 1992 demonstra uma estrutura colonial que remonta à fundação da sociedade brasileira.

Referências Bibliográficas

DA SILVA, Bruna Michelle Nogueira *et all.* *Implosão não apaga memória.* Trabalho de Conclusão de Curso (Técnico em Museologia) - Escola Técnica Estadual Parque da Juventude, Centro Paula Souza, São Paulo, 2014.

FERNANDES, Clara. *O sistema interamericano de direitos humanos e o massacre do Carandiru de 1992: ações e reações internacionais.* Tese (Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Goiânia. 2021.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão.* Petrópolis: Vozes, 1988.

ONODERA, Iwi Mina. *Estado e violência: um estudo sobre o Massacre do Carandiru.* Tese (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

TAETS, Adriana Rezende Faria. *Por escrito: o Carandiru para além do Carandiru.* Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo. 2018.

Lista de documentos

1. GOMES, Bianca. *Decisão unânime do STJ sobre massacre do Carandiru abre caminho para prisão dos PMs após 29 anos*. O Globo, Rio de Janeiro, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/decisao-unanime-do-stj-sobre-masacre-do-carandiru-abre-caminho-para-prisao-dos-pms-apos-29-anos-25151360>>. Acesso em 11 mai. 2022.



2. BISILLIAT, Maureen (org.). *Aqui dentro, páginas de uma memória: Carandiru*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2003. pp. 149-150.
3. LOMBARDI, Renato. *Oito morrem em motim na Detenção*. Estado de São Paulo, São Paulo, 3 out. 1992. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19921003-36144-nac-0015-cid-1-not/busca/Casa+Deten%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em 11 mai. 2022.



4. PARENTES SE DESESPERAM EM FRENTE AO PRESÍDIO. Estado de São Paulo, São Paulo, 4 out. 1992. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19921004-36145-nac-0026-cid-2-not/busca/Casa+Deten%C3%A7%C3%A3o>> Acesso em 11 mai. 2022.



5. a. NÚMERO DE MORTOS PODE CRESCER. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 out. 1992. Brasil, p. 9. In: RODRIGUES, Jairo. *Baseados em fatos reais*: Estação Carandiru de Dráuzio Varella, e Carandiru, de Hector Babenco - do real ao ficcional, um percurso de simulação e mercado. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em: <<http://www.letras.ufmg.br/atelaetexto/introdu%C3%A7%C3%A3o%20baseados%20em%20fatos%20reais-1.pdf>>. Acesso em: 11 maio. 2022.



- b. CONSULTOR JURÍDICO. *TJ-SP anula julgamentos dos 73 policiais condenados por Massacre do Carandiru*. 27 set 2016. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2016-set-27/tj-sp-anula-condenacoes-policiais-massacre-carandiru>> Acesso em 20 jun. 2022.



6. AMNISTÍA INTERNACIONAL. 30 abr. 1993. Disponível em: <<https://www.amnesty.org/es/wp-content/uploads/sites/4/2021/06/amr190081993es.pdf>>. Acesso em 11 mai. 2022.



7. GORI, Umberto. Guerra. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília DF: Editora UnB, vol. 1, p. 572.

Proposta didática

Documento 1

1. Do que se trata o documento? Qual o seu gênero textual? Qual a sua data de produção?
2. Você já tinha ouvido falar desse episódio? Quais sentimentos o Massacre suscita em você?
3. Considerando ser uma reportagem atual, como é falado sobre o Massacre? Qual a leitura que se tem?
4. Quanto tempo se passou entre o “Massacre” e a produção do documento 1?

Documento 2

1. Qual a natureza desse documento?
2. O que é relatado? Qual analogia ele usa para fazer referência ao evento? Quais são as imagens que são recordadas?
3. Quem é a pessoa que está falando? A pessoa que está falando é a mesma que produziu o documento?
4. Em qual posição que o relator se coloca no “Massacre”?
5. Considerando essa posição do locutor, como a violência policial aparece no relato? Cite um exemplo.
6. Qual seria o motivo da produção desse documento?

Documento 3

1. O que é esse documento? Quando foi produzido?
2. Como é relatada a ação policial? Quem são responsabilizados pelo ocorrido?
3. Qual o número de mortos que é divulgado?
4. É possível ver no texto do jornal uma preocupação com quais pessoas envolvidas nesse episódio?
5. O jornal dá atenção ao assunto? Por quê?

Documento 4

1. Esta fonte é um recorte do mesmo jornal do documento 3. Quanto tempo separa o documento 3 do documento 4?
2. Houve uma mudança no discurso do jornal e na atenção dada ao evento? Que termos são usados para definir a ação policial? E em relação ao número de mortos?
3. Elabore hipóteses para tal mudança evidenciada na narrativa jornalística.
4. Considerando os documentos 1, 3 e 4, o quanto podemos dizer que o texto jornalístico influencia a opinião pública?
5. Você já leu ou consumiu algum texto jornalístico? Você já viu alguma mudança assim de discurso nos jornais?

Documento 5

1. O que a fotografia A mostra? Onde ela foi tirada?
2. Segundo a imagem A, há um número de mortos divergente dos publicados nos jornais dos documentos 3 e 4. Por que há essa discrepância tão notável? Levante hipóteses.
3. Observando a fotografia B - retrato da localização do antigo presídio ao lado da linha azul do metrô - e levando em consideração o relato do documento 2, qual poderia ter sido o objetivo dos detentos ao colocar esse cartaz nessa posição?
4. A partir da leitura da declaração do secretário de Segurança Pública, entende-se uma tendência a investigar o caso e ratificar o número de vítimas? Ou não? Justifique a partir dos outros documentos.

Documento 6

1. Quem é o órgão emissor desse documento?
2. Qual a data do documento? Quanto tempo se passou desde o evento?
3. Quais informações podem ser apreendidas do texto?
4. Compare as narrativas sobre a ação policial do documento 3 com este. São diferentes? Em quê? Justifique.
5. Quais são os conceitos explorados no texto?

6. Preencha a tabela (em anexo) indicando o posicionamento dos documentos de 1 a 6 em relação ao episódio do Carandiru.

Documento 7

1. Quais as características expressas de guerra presentes no documento?
2. Quais características definidas nesse verbete podem ser vistas no episódio do Carandiru?
3. Em conjunto com os documentos 3 e 4, indique qual o papel da mídia em momentos de guerra.
4. A partir de todos os documentos analisados, é possível dizer que houve justiça no julgamento e retrato do que ocorreu no Carandiru?
5. É possível afirmar que existe guerra no Brasil? Quais seriam os lados desse conflito? Em qual lugar você, aluno, se enxerga?

Documento 1 : Decisão unânime do STJ sobre massacre do Carandiru abre caminho para prisão dos PMs após 29 anos

Bianca Gomes

11/08/2021 - 18:28 / Atualizado em 11/08/2021 - 18:53

A decisão unânime do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que manteve a condenação de 74 policiais militares pelo massacre do Carandiru, em São Paulo, abre caminho para a prisão dos acusados pelo crime depois de 29 anos do episódio, segundo Sandra Jardim, procuradora de Justiça aposentada que era a responsável pela acusação na segunda instância.

Nesta terça-feira, a quinta turma do STJ decidiu manter a decisão do ministro Joel Ilan Paciornik que, no dia 2 de junho, restabeleceu a condenação dos policiais pelo assassinato de 111 detentos na Casa de Detenção do Carandiru, na zona norte de São Paulo, em 1992. O julgamento do colegiado apreciou um recurso da defesa que tentava anular a decisão individual.

Paciornik havia analisado um recurso do Ministério Público de São Paulo contra o parecer do TJ-SP que anulou em 2018 os cinco tribunais do júri realizados em São Paulo. O argumento era de que a denúncia contra os agentes não individualizou as condutas e, por isso, os jurados não poderiam ter votado pelas condenações.

(...)

O massacre do Carandiru completou 29 anos sem ter ainda um desfecho. No dia 2 de outubro de 1992, 341 policiais da Tropa de Choque de São Paulo receberam ordens para invadir o Pavilhão 9 da Casa de Detenção, no Complexo do Carandiru. Os soldados deveriam conter uma rebelião dos presos. Vinte minutos após a invasão, a PM abandonou o local. Na ação, mais de 100 presos foram mortos.

Entre 2001 e 2016, cinco julgamentos analisaram o mérito do caso envolvendo 74 réus, com penas que variavam entre 48 a 624 anos de reclusão. Até agora, no entanto, ninguém foi preso.

A demora para dar um desfecho no caso é, segundo Sandra, um “desalento”. Ela lembra os recém-completados dez anos da morte da juíza Patrícia Acioli. “É uma situação que mostra o quanto as coisas estão piorando.”

GOMES, Bianca. *Decisão unânime do STJ sobre massacre do Carandiru abre caminho para prisão dos PMs após 29 anos*. O Globo, Rio de Janeiro, 11 ago. 2021. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/seguranca-publica/decisao-unanime-do-stj-sobre-massacre-do-carandiru-abre-caminho-para-prisao-dos-pms-apos-29-anos-25151360>>. Acesso em 11 mai. 2022.

Documento 2

a grande rebelião

Falando em nadar, lembramos de o senhor ter dito que nadou *"numa piscina de sangue, aqui no Pavilhão 9, durante a rebelião"*. Essa foi uma frase que nos marcou e nós nunca mais esquecemos. Adeir – Hoje já faz quase nove anos que houve a rebelião e é uma coisa que não sai da mente do ser humano, nunca. Aquela tarde de 92, quando houve a chacina, quando voltamos à cela, nós não éramos colocados na mesma cela que morávamos. Eu morava no quinto andar e fiquei aquela noite no quarto. Entre as torneiras, os canos de água, entre centenas de pessoas mortas; água, sangue, urina e fezes misturados naquele chão, descendo pelas escadas, chegando até o tornozelo. Era uma coisa horripilante, era horrível o cheiro, um odor muito forte e eu tive a infelicidade de andar no sangue dos meus companheiros, não sei quantos, mas sei que foram centenas, não posso dar um número afirmativo porque custaria a minha cabeça, mas foram muitos. A quantidade que eu vi chocou a minha pessoa.

CS Digitalizado com CamScanner

Na minha saída de dentro da cela, foi colocada uma metralhadora na minha cabeça e naquele instante eu fiz uma reflexão: *"Oh! Deus, receba a minha alma e o meu espírito"*; e quando o gatilho ia ser puxado um oficial chegou e falou: *"Chega!"*. A metralhadora saiu da minha cabeça e eu sai arrastando pela galeria, pela água e pelo óleo, porque a galeria tava cheia de óleo, e quando cheguei em outra parte da gaiola me colocaram no paredão de novo pra matar, eu e mais alguns amigos. E escutei uma rajada de balas e procurei as perfurações no meu corpo e não encontrei as perfurações. Só vi os companheiros caídos e eu com vida e um deles gritou: *"Você aí, Zé, levanta!"*. Levantei e quando fui descer as escadas me jogaram no elevador de novo, só que eu passei direto, descí as escadas. Ali os cachorros estavam avançando, os PMs batendo no rosto, nos órgãos genitais. Cheguei até o pátio, que seria como um campo de concentração, todo mundo nu, um atrás do outro. A chuva veio logo após pra aliviar a nossa alma, e entre aquela chuva muitas bombas de gás. Nós estávamos sentados um atrás do outro, encharcados de água, sangue, água de rato e águas do esgoto. Eu peguei, inclusive, uma micose na parte íntima do corpo que levou quase cinco anos pra sair. Foi algo terrível. Nós superamos esta etapa, mas a tortura psicológica – um *stress* que arrasta-nos pro nosso ser – tá marcado no nosso corpo, não tem mais como tirar. Tá na veia o sofrimento, e esperamos que um dia isso tudo venha a ser esclarecido, porque até agora não houve um esclarecimento cabal. Mas nós estamos embasados numa lei aqui na Terra, a lei é pra ser cumprida e não está sendo cumprida.

A grande rebelião [Transcrição do Documento 2]

[entrevistador] Falando em nadar, lembramos de o senhor ter dito que nadou “numa piscina de sangue, aqui no Pavilhão 9, durante a rebelião”. Essa foi uma frase que nos marcou e nós nunca mais esquecemos.

[Adeir] Hoje já faz quase nove anos que houve a rebelião e é uma coisa que não sai da mente do ser humano, nunca. Aquela tarde de 92, quando houve a chacina, quando voltamos à cela, nós não éramos colocados na mesma cela que morávamos. Eu morava no quinto andar e fiquei aquela noite no quarto. Entre as torneiras, os canos de água, entre centenas de pessoas mortas; água, sangue, urina e fezes misturados naquele chão, descendo pelas escadas, chegando até o tornozelo. Era uma coisa horripilante, era horrível o cheiro, um odor muito forte e eu tive a infelicidade de andar no sangue dos meus companheiros, não sei quantos, mas sei que foram centenas, não posso dar um número afirmativo, porque custaria a minha cabeça, mas foram muitos. A quantidade que vi chocou a minha pessoa.

Na minha saída de dentro da cela, foi colocada uma metralhadora na minha cabeça e naquele instante eu fiz uma reflexão: “Oh! Deus, receba a minha alma e o meu espírito!”, e quando o gatilho ia ser puxado um oficial chegou e falou: “Chega!”. A metralhadora saiu da minha cabeça e eu sai arrastando pela galeria, pela água e pelo óleo, porque a galeria tava cheia de óleo, e quando cheguei em outra parte da gaiola me colocaram no paredão de novo para matar, eu e mais alguns amigos.

E escutei uma rajada de balas e procurei as perfurações no meu corpo e não encontrei as perfurações. Só vi os companheiros caídos e eu com vida e um deles gritou: “Você aí, Zé, levanta!”. Levantei e quando fui descer as escadas me jogaram no elevador de novo, só que eu passei direto, desci as escadas. Ali os cachorros estavam avançando, os PMs batendo no rosto, nos órgãos genitais. Cheguei até o pátio, que seria como um campo de concentração, todo mundo nu, um atrás do outro. A chuva veio logo após pra aliviar a nossa alma, e entre aquela chuva muitas bombas de fás. Nós estavamos sentados um atrás do outro, encharcados de água, sangue, água de rato e águas de esgoto. Foi algo terrível. Nós superamos esta estapa, mas a tortura psicológica - um *stress* que arrasta-nos pro nosso ser - tá marcado no nosso corpo, não tem mais como tirar.

Tá na veia o sofrimento, e esperamos que um dia isso tudo venha a ser esclarecido, porque até agora não houve um esclarecimento cabal. Mas nós estamos embasados numa lei aqui na Terra, a lei é pra ser cumprida e não está sendo cumprida.

BISILLIAT, Maureen (org.). *Aqui dentro, páginas de uma memória: Carandiru*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: Fundação Memorial da América Latina, 2003. pp. 149-150.

Oito morrem em motim na Detenção

Briga pelo poder entre quadrilhas causou a rebelião, que envolveu mil detentos e deixou mais de cem feridos, entre eles 17 PMs

RENATO LOMBARDI

A briga pelo poder entre quadrilhas de traficantes e ladrões de bancos foi a causa da rebelião que na tarde de ontem na Casa de Detenção envolveu quase mil presos e provocou a morte de pelo menos oito detentos. Esse número foi divulgado pelo diretor do presídio José Imael Pedrosa às 21h30. Ele disse que esse número poderá aumentar. Outros com presos ficaram feridos — alguns levados para o Hospital do Mandaguá — e 17 policiais militares foram internados, a maioria em estado grave, entre eles o comandante do policiamento metropolitano, coronel Ubiratan Guimarães, que coordenava a ação. Considerado o maior presídio da América Latina, a Detenção, localizada no Carandiru, Zona Norte da Capital, abriga 7.350 presos. Sua capacidade é para no máximo 5.500.

Os militares disseram que foram recebidos à bala pelos presos amontoados no pavilhão 9 (que abriga 2.500 detentos) e que foi preciso dar tiros e jogar bombas para que recuassem. Das janelas das celas de outros pavilhões, os detentos acusaram os policiais de atirar em pessoas desarmadas. A situação só foi controlada quatro horas depois, quando os presos levantaram os

da Detenção e em seguida transferido para o Hospital das Clínicas. O grupo do ladrão resolveu se vingar e em pouco tempo os integrantes das quadrilhas passaram a brigar no pátio e nos corredores do pavilhão. Os agentes penitenciários fugiram em busca de socorro e o toque de prontidão foi acionado em todo o presídio. Os portões dos outros pavilhões foram trancados.

Os agentes penitenciários, em pequeno número, não conseguiram controlar a rebelião. O diretor Pedrosa autorizou a entrada da Tropa de Choque, do Grupo de Ações Táticas Especiais (Gatse) e dos bombeiros. Os detentos começaram a colocar fogo em madeiras retiradas da marcenaria, roupas e cobertores.

Confronto — Aos gritos de "não morrer", centenas de presos armados com estiletes e pedaços de paus passaram a enfrentar os militares. Um soldado recebeu um tiro na boca e outros três foram feridos a golpes de estilete. Os PMs da Tropa de Choque, com cassetetes, escudos e revólveres, jogaram bombas de gás lacrimogêneo e deram tiros para o alto. Os detentos recuaram e montaram barricadas com móveis, colchões e cobertores no acesso de cada andar (são quatro).

Para impedir a entrada dos poli-

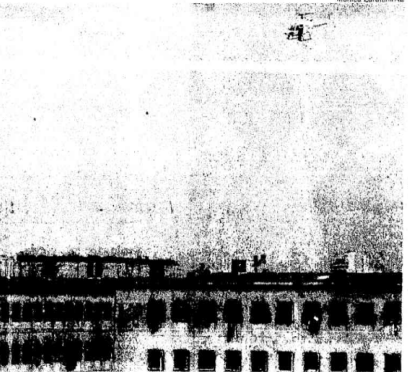


eram agressões e tentativas de morte. Ontem, logo após o almoço, uma paulada na cabeça do ladrão e traficante Antônio Carlos do Nascimento, de 38 anos, fez estourar o motim.

Com fratura de crânio, Nascimento foi levado para a enfermaria

deu que o coronel Guimarães foi atingido pelo deslocamento do ar de uma explosão — possivelmente de uma cadeira de aquecimento — que afetou os tímpanos do oficial. Dos outros 16 militares feridos, nove foram à bala, quatro a facadas, e três com traumatismo craniano.

Confronto violento
No portão da Casa de Detenção, policiais carregam um companheiro ferido; mortes e feridos graves



Tensão
Helicóptero sobrevoa a Detenção: os detentos incendiaram barricadas que armaram nos corredores internos do presídio

Pavilhão abriga primários; rebeliões são constantes

Os 2.500 presos do pavilhão 9 são em sua grande maioria primários e na faixa etária entre 18 e 23 anos. São ladrões, assassinos, traficantes e estelionatários condenados pela primeira vez. Mas há entre eles detentos com penas elevadas que variam de 20 a 50 anos de reclusão. Por ser exatamente o local de concentração dos mais jovens é o que apresenta maiores problemas para a direção do presídio.

Durante a rebelião de ontem, os jovens se armaram com estiletes e pedaços de paus para enfrentar os policiais e, segundo os militares, os mais experientes e com outras passagens pelo presídio estavam com revólveres. "Foi preciso usar de muita força e energia para fazer aqueles rapazes recuarem", afirmou um tenente da Tropa de Choque que participou de toda a ação nos corredores do pavilhão. "Eles pareciam loucos e acho que usaram drogas".

Os agentes penitenciários aproveitaram toda a confusão para reclear a falta de segurança no trabalho. Segundo eles, o que hou-

ve foi uma briga entre quadrilhas pelo domínio da força, da exploração de outros presos, da venda de drogas. "Eles fizeram tudo aquilo para mostrar que são cabeças (chefes) e não tinham a intenção de fugir", revelou um agente penitenciário que trabalha desde 1970 na Casa de Detenção.

Barril de pólvora — Chamado de "barril de pólvora", o presídio vem apresentando excesso de lotação há muitos anos e a cada dia sua população carcerária aumenta. Ontem, na contagem da manhã, o número era de 7.350 detentos. "Ninguém consegue segurar um grupo tão grande como este e os funcionários são poucos e mal pagos", afirmou um outro agente penitenciário.

As rebeliões na Casa de Detenção têm sempre um balanço trágico. Em 22 de março de 1982, um motim acabou com 14 mortos. A última grande rebelião havia ocorrido entre os dias 20 e 21 de março de 1985. Durante 20 horas, a Detenção ficou sobre o controle de 2.300 presos. No final um balanço de nove mortos.

BRIGA Advogado atira contra o irmão durante discussão

MARCELO FARIA DE BARROS

O advogado criminalista Antônio Carlos de Carvalho Pinto, de 50 anos, baleou o irmão Joaquim Roberto Carvalho Pinto Filho, de 54, também advogado. O crime aconteceu às 22h42 de quinta-feira, durante uma briga no apartamento de Antônio Carlos, no condomínio Parque da Aclimação, na Rua Castro Alves, 654, Aclimação, na Zona Sul. O tiro atingiu o ombro esquerdo de Joaquim Roberto, que foi levado pela mulher, Adalgisa Esteves, ao Hospital Verquero, onde foi medicado e liberado.

Eles são sobrinhos de Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto, que foi governador de São Paulo entre 1959 e 1963 e morreu em 1987. Uma hora e dezessete minutos após ter baleado o irmão, Antônio Carlos apresentou-se ao delegado Benjamin Napolitano Neto, do 8º Distrito, no Cambuci. Por ter sido por iniciativa própria à polícia, não foi preso em flagrante. Foi indiciado em inquérito por tentativa de homicídio e vai responder em liberdade.

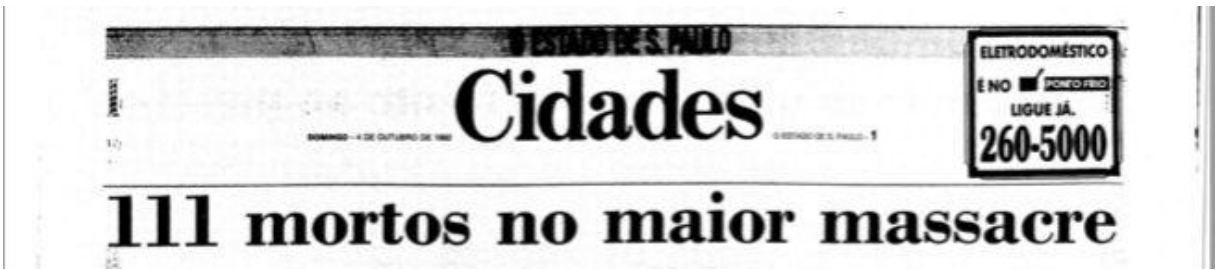
Briga — Antônio Carlos contou ter chegado ao seu apartamento no início da noite de quinta-feira, onde o irmão e a cunhada Adalgisa o aguardavam. Joaquim Roberto, segundo ele, tinha bebida reverbera e já estava alterado. Os dois ainda tomaram uísque e, depois, Antônio Carlos pediu à mulher, Elianeete Maria Silva Ramos de Carvalho

ELEIÇÕES

Parte das lojas deve abrir hoje nos shoppings

Parte do comércio abre hoje em São Paulo, porque, embora seja dia de eleição, não é feriado. O presidente do Conselho de Shopping Centers, João Roberto de Moraes, disse que São Paulo tem 170 estandes, a maioria operada diretamente pelos fabricantes dos produtos. O Multishopping na Rua Pinheiros, 51, oferece

O que abre e fecha hoje



ESTADO DE S. PAULO - Cidades - 4 DE OUTUBRO DE 1992 - DOMINGO

MASSACRE

Parentes se desesperam em frente ao presídio

Centenas de familiares de presos passaram o dia tentando obter informações e assustando-se com as explosões e tiros no presídio

A notícia da rebelião dos presos do Pavilhão 9 da Casa de Detenção provocou tensão e uma desesperada corrida de seus parentes para a Avenida Cruzeiro do Sul, na Zona Norte, onde está instalado o maior presídio da América Latina, com 7.500 presos. Centenas de pessoas ficaram concentradas, desde o início da revolta, em frente ao portão principal, em busca de notícias dos parentes.

A medida em que iam chegando os carros trazendo os policiais militares destacados para reprimir o motim e tiros e bombas de gás lacrimogêneo eram ouvidos, aumentava o desespero. Muitas mulheres e velhos choravam por não saber o que acontecia no interior do Pavilhão 9.

Masmo depois de fim do conflito, quando a primeira informação era de apenas oito mortos, a romaria à Casa de Detenção continuou atravessando a madrugada e todo o dia de ontem.

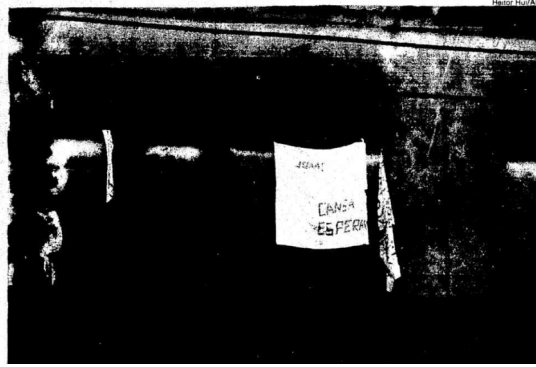
O movimento de saída de carros do interior da Casa de Detenção foi muito grande durante a madrugada de ontem.

um boletim de ocorrência de averiguação de desacato e liberação de jornalistas.

Sem nome — Com o dia clareando, a situação em frente à Casa de Detenção voltou a ficar tensa. Centenas de pessoas foram para a frente do prédio em busca de informações. A segurança foi reforçada por dezenas de policiais militares, acompanhados de cachorros e armados de casacas e sem a tarja preta que usam nos uniformes com seus nomes. Os PMs mostravam-se muito tensos.

O aposentado Joaquim Mendes da Silva, de 71 anos, pai de José Mendes da Silva, condenado a dois anos de prisão por roubo e recolhido no Pavilhão 9, foi atacado por um cachorro. "Foi o policial militar que segurava o cachorro que jogou o animal contra mim", contou. "Vou guardar a blusa rasgada e mostrar para um juiz."

Solidariedade — A solidariedade entre os parentes dos presos era muito grande. A doméstica desempregada



REPERCUSSÃO

As mortes na Casa de Detenção deixaram indignados os principais candidatos à Prefeitura de São Paulo. O fato foi explorado politicamente e serviu como "arma de última hora" contra candidaturas adversárias.

Paulo Maluf — O candidato do PDS acredita que houve excessos da polícia durante o confronto com os presos. "Estão escondendo o número de mortos", disse. Para Maluf, houve uma chacina na Casa de Detenção. "Para matar as pessoas naquele local, só com tiros de metralhadora", comentou. Para ele, faltou diálogo com os presos a fim de se facilitar sua saída.

"Quando há uma rebelião como esta em qualquer presídio do mundo, a ordem é cortar água, luz e comida e os presos se rendem com facilidade", disse. Maluf concluiu ter falado "vontade política" para resolver essas questões. "Se os métodos corretos tivessem sido usados, tenho certeza de que não seria necessário usar armas contra os presos". Ele classificou a rebelião como uma barbaridade. "Será preciso explicar tudo", afirmou.

o dia de ontem.

O movimento de saída de carros do interior da Casa de Detenção foi muito grande durante a madrugada de ontem. Os policiais da Tropa de Choque da PM retornaram ao presídio às 23 horas e permaneceram em seu interior até às 5 horas.

Tiros — Segundo alguns guardas penitenciários e parentes de presos, durante a madrugada ainda foram ouvidos tiros. O coronel Hermes Biltencourt Cruz, chefe do Estado Maior do Comando de Policiamento da Capital, negou a informação dizendo que esteve no presídio até aquele horário acompanhando a tropa de choque na contagem dos mortos.

Ainda na madrugada, dois fotógrafos e um repórter chegaram a ser presos acusados de desacato à autoridade. Eles tentavam, de trás de algumas árvores, fotografar um carro da Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (Rota), que detava o corpo de um preso morto no motim. O delegado de plantão no 9º Distrito, no Carandiru, elaborou

Solidariedade — A solidariedade entre os parentes dos presos era muito grande. A doméstica desempregada Zulina Alves de Oliveira estava atrás de informações sobre o marido Ricardo Antônio Loloia. Como nenhuma informação foi dada pela direção do presídio, subiu no muro nos fundos de uma oficina mecânica na Rua Antônio dos Santos Neto, vizinha à área do Pavilhão 9 e passou a comunicar-se com os detentos. Ela gritava um nome e os presos respondiam se estava vivo ou não. Ela gritou nomes de vários detentos a pedido de seus parentes. Loloia, marido de Zulina estava vivo.

A comunicação era dificultada pela distância de mais de 200 metros. No final da tarde, depois de tentar em vão notícias de seu filho, José Nivaldo Barreira Leite, de 19 anos, Maria Villani Barreira Leite se desesperava. "Ele não é bandido, é técnico de computação e foi condenado com 15 anos de idade a 22 anos de prisão." (Marcelo Faia de Barros e Marcelo Paga)

Recado pelas grades
Presos do Pavilhão 9: sinais e cartazes com notícias para os familiares

Comissão vai à Justiça para acusar responsáveis

MARCIA GUERREIRO

O Estado poderá ser responsabilizado civil e criminalmente pelo massacre na Casa de Detenção. "Os detentos não são marginais, mas no Estado de direito têm suas vidas sob a tutela do governo estadual, que deve protegê-los", disse o professor de Ciências Políticas da Universidade de São Paulo, Paulo Sérgio Pinheiro, membro da Comissão Teotônio Vilela de Direitos Humanos. Segundo Pinheiro, a comissão pedirá amanhã para que o Estado responda pelo ocorrido.

Os membros do Conselho Secional da OAB se reuniram durante toda a manhã de ontem com os diretores da Comissão de Direitos Humanos. Eles constituiram uma equipe para acompanhar os trabalhos de apuração de responsabilidades. O presidente do grupo será Ricardo

acredita nas informações da direção da Casa de Detenção que dão conta da existência de cem presos armados durante o conflito. "Isso é impossível, mas se aconteceu é mais uma demonstração da incompetência da PM, que deixou que um exército se armasse dentro do presídio."

Para Ricardo Carrara Neto, o massacre era previsível. "No início do governo Fleury, quando foi tomada a decisão de transferir a administração do sistema prisional da Secretaria Estadual da Justiça para a Secretaria Estadual da Segurança Pública, fizemos vários debates com ex-secretários e comprovamos que isso não daria certo", lembra.

O ex-secretário da Segurança Pública do governo Montoro, Eduardo Mulyaert, também repudiou a decisão. "Sempre que há uma rebelião, duas figuras aparecem: a da Justiça que defende o fim do conflito sem violência e da Segurança Pública favorável à invasão do presídio", afirmou. Nessa negociação, a invasão sempre é dítima alternativa, garantida a invasão e sempre as duas figuras se concentram somente na secretaria de Segurança Pública, como agora, o conflito se transforma em caso de polícia."

Fleury justifica invasão policial

O governador Luiz Antônio Fleury Filho disse ontem de manhã, quando foi votar, que quer verificar se a ação da polícia durante o motim na Casa de Detenção "foi adequada". Ele justificou a invasão feita pela polícia. "Na ter-

ção. Quando na uma rebelião como esta em qualquer presídio do mundo, a ordem é cortar água, luz e comida e os presos se rendem com facilidade", disse. Maluf concluiu ter falado "vontade política" para resolver essas questões. "Se os métodos corretos tivessem sido usados, tenho certeza de que não seria necessário usar armas contra os presos". Ele classificou a rebelião como uma barbaridade. "Será preciso explicar tudo", afirmou.

Eduardo Suplicy — O candidato do PT também afirmou que "houve abuso por parte da Polícia Militar em conter a rebelião". Suplicy lembrou que, na campanha eleitoral para o governo do Estado, em 1990, os candidatos disputaram para saber quem seria o mais rigoroso com os bandidos.

Atualmente a política do governo de Luiz Antônio Fleury Filho me parece tão repressiva quanto a advogada por Paulo Maluf", criticou. Suplicy ainda não tinha a confirmação do número de mortos, mas disse que esse incidente torna indispensável a adoção de soluções urgentes no sentido de melhorar o tratamento no sistema penitenciário. Suplicy acrescentou: "Aconselho o governador a ler o livro de Jor-

Guarda diz que a PM entrou em hora errada

RENATO LOMBARDI

Desenas de corpos espalhados, presos gritando por socorro, feridos na cabeça, costas e peito, corpos arrematados, água por todos os lados, fogo nos corredores e celas.

giam atacados a pauladas com pregos nas pontas e a golpes de estilete, e seis feridos foram para a enfermaria do Pavilhão 9.

Os presos passaram a quebrar tudo no Pavilhão 9. Quando os agentes viram

Continuação

REBELIÃO LUMBARDO

Dezenas de corpos espalhados, presos gritando por socorro, feridos na cabeça, costas e peito, casos arrebatados, água por todos os lados, fogo nos corredores e celas. Esse foi o quadro encontrado pelos agentes penitenciários da Casa de Detenção no final da madrugada de ontem, ao penetrarem os 4 andares do Pavilhão 9 para ajudar os policiais militares da tropa de choque, depois que a situação havia sido controlada. Os militares não conheciam os labirintos do pavilhão e os agentes os ajudaram a encontrar os detentos que haviam fugido dos tiros e das bombas. Um dos guardas disse que a maioria dos mortos estava na faixa estéril entre 18 e 20 andares, condenados, em sua maioria, por furtos e roubos. "Os garotos valentes, audaciosos e estimulados pelos mais velhos, os pedras de cadeia, decidiram enfrentar os policiais de peito aberto, enquanto os militares usavam escudos, bombas e armas de grosso calibre, o que foi uma loucura", explicou o guarda.

Ataque — Um agente penitenciário contou que a rebelião estava para acontecer na semana passada, quando um preso do Pavilhão 9 foi atacado a golpes de estilete, o que deixou enloquecidos os integrantes da quadrilha de traficantes a que pertencia. Os funcionários e o diretor do presídio, José Israel Pedrosa, conseguiram controlar a situação. O agressor não foi punido.

Acostumado com as brigas na cadeia, com as pequenas rebeliões, esse agente diz que seria preciso maior cautela por parte da polícia ao invadir o presídio, antecipando. "Não era uma rebelião para fuga, não havia funcionários como reféns, e os militares deveriam deixar que eles resolvessem os próprios problemas para depois entrar no pavilhão", analisou o agente.

Na manhã de anteontem, pouco depois das 10 horas, estouraram novas brigas no Pavilhão 9 entre os membros de quadrilhas. Detentos fo-

ram atirados a pedras com pregos nas pontas e a golpes de estilete, e seis feridos foram para a enfermaria do Pavilhão 4.

Os presos passaram a quebrar tudo no Pavilhão 9. Quando os agentes viram centenas de detentos armados com estiletos e paus, abandonaram o pavilhão e comunicaram o fato ao diretor. Dez minutos depois, o diretor foi ao pavilhão, pediu que os presos jogassem os estiletos e os paus no pátio e voltassem para as celas. Não foi atendido.

Ameaça — Segundo ainda um guarda de presídio, o diretor usou um alto-falante e repetiu seguidas vezes que os presos parassem com tudo, mas a cada frase de Pedrosa os gritos dos presos aumentavam. Muitos deles diziam "todo mundo vai morrer". Ao tentar subir para os andares onde os presos estavam amontoados, o diretor foi obrigado a recuar porque um grupo de detentos, com paus e estiletos, ameaçou atacá-lo.

Pedrosa conversou com o secretário da Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, e recebeu autorização para permitir a entrada da tropa de choque.

Quando os policiais militares chegaram ao pátio do Pavilhão 9, havia fogo por todos os cantos. Os presos haviam destruído os setores de marcenaria e alfaiataria e se armado com paus, colocando pregos nas pontas. Grupos de detentos percorriam os andares, fazendo barricadas com mesa, cadeiras e armários. Colocaram cadeados nos portões de acesso aos quatro andares, e segundo um agente penitenciário, muitas "dividas foram cobradas" (detentos que tinham rivalidade com outros começaram a se enfrentar).

Os presos somente se uniram quando os homens da tropa de choque, auxiliados pelos bombeiros, que apagaram o fogo das barricadas e abriram o portão de acesso ao primeiro andar, alcançaram a primeira ala de celas. Os policiais disseram que foram recebidos a bala pelos presos e houve o revide.

ram guardas toda a manhã de ontem com os diretores da Comissão de Direitos Humanos. Eles constituíram uma equipe para acompanhar os trabalhos de apuração de responsabilidades. O presidente do grupo será Ricardo Carrara Neto, vice-presidente da Comissão de Direitos Humanos.

"Provas" — "Vamos querer saber tudo o que aconteceu, porque não podemos admitir que numa suposta briga entre dois grupos de presos haja um saldo tão sangrento", afirmou o presidente da OAB, José Roberto Batocchio. Para ele, as provas de que houve abuso de poder por parte da PM são as decisões tomadas após o confronto. "Por que não encaminharam os corpos apenas para o Instituto Médico Legal central, em vez de dividir os mortos em três pontos da cidade?" O presidente da OAB não

quando foi votar, que quer verificar se a ação da polícia durante o motim na Casa de Detenção "foi adequada". Ele justificou a insensação feita pela polícia. "Na verdade o que havia lá dentro era um confronto de quadrilhas muito bem armadas", disse. Fleury afirmou também que a polícia invadiu porque não poderia esperar que a noite caísse, pois havia o risco de o motim se espalhar por outras alas da prisão. O governador determinou abertura de inquérito policial para apurar os fatos. "Se a ação foi correta ou se houve excessos, isso será devidamente apurado."

pre a última alternativa, segundo Muijsert. "Quando essas duas figuras se concentram somente na secretaria de Segurança Pública, como agora, o conflito se transforma em caso de polícia."

Massacre — "Esse massacre é consequência da falta de comando da PM que, em vez de obedecer ao secretário da Segurança Pública, segue as ordens dos microcomandantes das próprias viaturas", disse Ricardo Carrara Neto. Para o ex-presidente da OAB Márcio Tomas Bastos, a violência da PM chegou ao limite. "Desde o governo Quéricia, a linha seguida é a de que a polícia serve para atirar e direitos humanos servem apenas aos homens de bem."

A presidente da Comissão Teófilo Vilela de Direitos Humanos, Maria Ignês Bierrenbach, criticou também a ação da PM. "É pura trauilência."

inorar o tratamento no sistema penitenciário. Ao classificar a revolta como a mais grave já ocorrida nesse presídio, Suplicy acrescentou: "Acordelho o governador a ler o livro do jornalista Caco Barcelos, Nota 66, a história de polícia que mata, e refletir sobre o assunto".

Alysis Nunes — O candidato do PMDB preferiu não fazer comentários sobre a rebelião e afirmou que o atual governo não costuma esconder dados ou informações. "Tenho certeza de que todos os fatos estão sendo apurados", comentou. Para ele, a rebelião e a sua disputa pela Prefeitura são coisas distintas. "Não estou preocupado com isso", disse.

MASSACRE NA ILHA

Nenhuma outra rebelião em um único presídio, nos últimos 30 anos, teve resultado tão trágico quanto a que aconteceu sexta-feira na Penitenciária do Estado. Só a intervenção das forças militares, para deter o motim de presos políticos do Sendero Luminoso e corpos apenas para o Instituto Médico Legal central, em vez de dividir os mortos em três pontos da cidade?" O presidente da OAB não

lentas do mundo. Em 29 de julho de 1987, liderados pelo assaltante de bancos Edson Alves Alkimim — um integrante do temido grupo Falação Vermelha, duas vezes fugitivo da Ilha Grande, no

Rio de Janeiro, e um recordista em fugas dos presídios de São Paulo — os presos fizeram cerca de 50 reféns. Depois de oito horas de rebelião, 30 presos (inclusive Alkimim) e um

guarda do presídio estavam mortos.

Na história dos presídios de São Paulo, há uma tragédia parecida com a de 1987: 30 corpos não identificados foram encontrados entre os escombros da Casa de Custódia e Tratamento, em Taubaté, depois da tentativa de fuga em massa registrada em agosto de 1961. Os presos provocaram um incêndio e ficaram encurralados nos pavilhões coletivos.

Na mesma proporção de violência, 25 homens foram mortos no Presídio Ari Franco, no Rio, numa rebelião em outubro de 1981. Os corpos foram completamente calcinados por um produto químico atirado nas celas por policiais. Outra chacina teve lugar no 42º Distrito Policial de São Paulo, no carnaval de 1985: 50 participantes de uma tentativa de fuga foram trancados numa cela de 1,5 por 3 metros; três horas depois, 18 estavam mortos por asfixia.



Atílica
Em setembro de 1971, a prisão americana entrou para a história dos massacres: foram 40 mortos

Documento 5

a.



“O número de mortos na rebelião [...] pode ser mais alto do que o divulgado. O próprio secretário de Segurança Pública, Pedro Franco de Campos, admite que o balanço oficial – 111 presos mortos – não é preciso. Cartaz feito pelos detentos dizia que 280 haviam morrido na chacina. Perguntado sobre a possibilidade de o total de vítimas chegar a 280, o secretário respondeu: ‘O número poderá ser alterado. O aumento do número de mortos é plausível, mas não acredito nisso’.”

NÚMERO DE MORTOS PODE CRESCER. Folha de São Paulo, São Paulo, 05 out. 1992. Brasil, p. 9. In: RODRIGUES, Jairo. *Baseados em fatos reais*: Estação Carandiru de Dráuzio Varella, e Carandiru, de Hector Babenco - do real ao ficcional, um percurso de simulação e mercado. 2006. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) - Faculdade de Letras da UFMG, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. Disponível em:

<http://www.lettras.ufmg.br/atelaetexto/introdu%C3%A7%C3%A3o%20baseados%20em%20fatos%20reais-1.pdf>. Acesso em: 11 maio. 2022.

b.



CONSULTOR JURÍDICO. *TJ-SP anula julgamentos dos 73 policiais condenados por Massacre do Carandiru.*
27 set 2016. Disponível em:
<<https://www.conjur.com.br/2016-set-27/tj-sp-anula-condenacoes-policiais-massacre-carandiru>> Acesso em 20
jun. 2022.

Documento 6

[Espanhol]

"Ha llegado la muerte": La matanza de la Casa de Detenção de São Paulo

“Este informe es el resultado de una investigación sobre el terreno realizada por una delegación de investigación de Amnistía Internacional en los días posteriores a la matanza. Los delegados pudieron elaborar un excepcional informe sobre lo que había ocurrido en cada una de las celdas del Pabellón 9 de la Casa de Detenção.

(...)

La matanza de la Casa de Detenção es el colofón de un historial de impunidad de los responsables de ejecuciones extrajudiciales de presos en anteriores motines penitenciarios y de civiles en las calles de São Paulo. Amnistía Internacional cree que esta pauta de impunidad contribuyó directamente a las actitudes que prevalecieron durante el asalto a la Casa de Detenção, el 2 de octubre de 1992. En los días posteriores al hecho y durante las investigaciones oficiales, se pusieron en marcha técnicas y prácticas consolidadas para asegurar la impunidad de los agentes de la policía militar que cometen violaciones de derechos humanos y sabotear futuros procedimientos penales.

Hay abrumadores indicios de que la mayoría de los presos, incluidos los heridos, fueron ejecutados extrajudicialmente por la policía militar cuando ya se habían rendido y estaban indefensos en sus celdas.

(...)

Esta última conclusión se ve reforzada por el hecho de que inmediatamente después de la matanza la policía militar alteró o destruyó las pruebas existentes en el lugar. Por ejemplo, se retiraron los cadáveres del lugar donde habían caído y se eliminaron otros indicios. Los oficiales al mando dieron las órdenes para esta operación.

(...)

La conclusión del comandante en jefe de la policía militar sobre la investigación, calificando de ‘perfecto’ el plan de la operación para asaltar el pabellón, y su negativa a atribuir culpa alguna a los oficiales al mando por no ejercer limitaciones sobre sus subordinados, resulta sumamente preocupante”.

[Português]

"Chegou a morte": A matança da Casa de Detenção de São Paulo

"Esse relatório é resultado de uma investigação sobre o terreno realizada por uma delegação de investigação da Anistia Internacional nos dias posteriores à matança. Os delegados puderam elaborar um relatório excepcional sobre o que havia ocorrido em cada uma das celas do Pavilhão 9 da Casa de Detenção.

(...)

A matança da Casa de Detenção é o final de um histórico de impunidade dos responsáveis por execuções extrajudiciais de presos em motins penitenciários e de Civis anteriores nas ruas de São Paulo. A Anistia Internacional acredita que esta pauta de impunidade contribuiu diretamente para as atitudes que prevaleceram durante o confronto na Casa de Detenção, em 2 de outubro de 1992. Nos dias posteriores ao acontecimento e durante as investigações oficiais, se puseram em marcha técnicas e práticas consolidadas de para assegurar a impunidade dos agentes da Polícia Militar que cometem violações de Direitos Humanos e sabotam futuros procedimentos penais.

Há fortes indícios de que a maioria dos presos, incluindo os feridos, foram executados extrajudicialmente pela Polícia Militar quando já haviam se rendido e estavam indefesos em suas celas.

(...)

Essa última conclusão se vê reforçada pelo fato de que imediatamente depois da matança a Polícia Militar alterou ou destruiu as provas existentes no lugar. Por exemplo, retiraram-se os cadáveres do lugar onde haviam caído e eliminaram-se outros indícios. Os oficiais em comando deram as ordens para esta operação.

(...)

A conclusão do comandante em chefe da Polícia Militar sobre a investigação, qualificando como "perfeito" o plano da operação para entrar no Pavilhão, e sua negação em atribuir culpa alguma aos oficiais em comando por não exercer limitações sobre seus subordinados, resulta sumamente preocupante."

Documento 7

GUERRA

"Mais próxima da realidade poderia ser uma definição [de guerra] que considerasse [...] a análise dos fatos históricos concretos, que foram chamados "Guerras". Tais fatos se caracterizam por: a) atividade militar; b) alto grau de tensão na opinião pública; c) adoção de normas jurídicas atípicas, referentes às vigentes no período de paz; d) uma progressiva integração política dentro das estruturas estatais do beligerante."

GORI, Umberto. Guerra. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco (Org.). *Dicionário de Política*. Brasília DF: Editora UnB, vol. 1, p. 572.

Anexo

Tabela Comparativa	Documento 1	Documento 2	Documento 3	Documento 4	Documento 5	Documento 6
Data de publicação						
Órgão emissor						
Representação da ação policial						
Representação dos detentos						
Termos de destaque usados (verbos/conceitos)						